

Quando surgiram as iniciativas isoladas, no século XVIII, o papel das autoridades coloniais foi importante. Elas não decorreram, assim, de uma imposição social, mas de esforços isolados. Nem estes, entretanto, permitiu a metrópole que surgissem, liquidando-os no nascedouro.

Em 1706, sob os auspícios do governador Francisco de Castro Morais, instalou-se no Recife pequena tipografia para impressão de letras de câmbio e orações devotas. A Carta Régia de 8 de junho do mesmo ano, entretanto, liquidou a tentativa. Determinava que se devia “seqüestrar as letras impressas e notificar os donos delas e os oficiais de tipografia que não imprimissem nem consentissem que se imprimissem livros ou papéis avulsos”. Essa iniciativa pioneira tem significação meramente cronológica, pois não teve nenhuma função efetiva, nem a suspensão de sua atividade despertou atenção. Até mesmo as informações a respeito, numa época em que os fatos insólitos mereciam registro burocrático rigoroso, são escassas. Não se sabe muito mais a respeito do caso do que o registrado aqui. É o que repetem todas as fontes, sem variações.

Já o mesmo não acontece com o que se relaciona com a outra tentativa conhecida, a de 1746, no Rio de Janeiro. Recebeu, como a anterior, o bafejo da autoridade local, o governador Gomes Freire. Antônio Isidoro da Fonseca, antigo impressor em Lisboa, transferiu-se à colônia, trazendo na bagagem o material tipográfico com que montou no Rio pequena oficina<sup>(6)</sup>. Chegou a pô-la em atividade, pois imprimiu alguns trabalhos, entre os quais se destaca a *Relação da Entrada* do bispo Antônio do Desterro, redigida por Luís Antônio Rosado da Cunha, com dezessete páginas de texto. Moreira de Azevedo conta, nos seus *Apontamentos Históricos*, que a metrópole agiu rapidamente para liquidar a oficina: “mandou a Corte aboli-la e queimá-la, para não propagar idéias que podiam ser contrárias ao interesse do Estado”. Parece que teve relação com o episódio a ordem régia, de 6 de julho de 1747, onde se dizia ser sabido terem vindo para o Brasil “quantidade de letras de imprimir”, que mandava seqüestrar para o Reino, por conta do dono, notificando-o que “não imprimissem livros, obras ou papéis alguns avulsos, sem embargo de quaisquer licenças que tivessem para dita impressão, sob pena de que, fazendo o contrário, seriam remetidos presos para o Reino para se lhes impor as

(6) Antônio Isidoro da Fonseca era impressor conceituado, em Lisboa, segundo Carlos Rizzini (*O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil*, Rio, 1945, pág. 312); entre os seus clientes figuravam o conde da Ericeira, Caetano de Sousa e outros; imprimira a 5ª edição da *Vida de D. João de Castro*, de Jacinto Freire de Andrade, as *Obras*, de Duarte Ribeiro de Macedo, as *Notícias de Portugal*, de Manuel Severim de Faria, as três óperas de Antônio José da Silva publicadas em vida do autor. Parece que dificuldades financeiras obrigaram-no a tentar a sorte na colônia.